

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202101/0351
Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum
Estado: Expirada
Nível Orgânico: Câmaras Municipais
Orgão / Serviço: Câmara Municipal do Porto
Vínculo: CTFP por tempo indeterminado
Regime: Carreiras Gerais
Carreira: Técnico Superior
Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1205,08

Suplemento Mensal: 0.00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho: Ref.ª 2021-8 - Um posto de trabalho da carreira/categoria geral de Técnico Superior da área funcional Assessoria Jurídica, para a Polícia Municipal, com a seguinte caracterização: "Desenvolve funções de assessoria e consultadoria técnica na área de direito, nomeadamente, elabora pareceres e informações no âmbito de pedidos de esclarecimentos e reclamações em matéria de Direito Estrangeiro e da União Europeia, bem como outras matérias no âmbito da atuação da Unidade Orgânica. Desenvolve funções de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, no âmbito da sua área de formação, de suporte à decisão. Elabora e atualiza procedimentos com a descrição das atividades envolvidas no fluxo do processo de trabalho."

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica: c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP: Por despacho de 07-01-2021 da Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e Desporto e o Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, Dra. Catarina Araújo, conforme mapa de pessoal de 2021 do Município do Porto, aprovado por deliberação de Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, de 30 de novembro de 2020 e 9 de dezembro de 2020, respetivamente.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Licenciatura em Direito

Grupo Área Temática

Direito, Ciências Sociais e Serviços

Sub-área Temática

Direito

Área Temática

Direito

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Câmara Municipal do Porto	1	Praça General Humberto Delgado		4049001 PORTO	Porto	Porto

Total Postos de Trabalho: 1**Nº de Vagas/ Alterações****Formação Profissional****Outros Requisitos:****Formalização das Candidaturas****Envio de Candidaturas para:** <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>**Contacto:** Linha Porto.: 220 100 220 (2.ª a 6.ª – 9h00/19h00)**Data Publicitação:** 2021-01-14**Data Limite:** 2021-01-28**Texto Publicado****Jornal Oficial e Orgão de Comunicação Social:** Aviso n.º 1013/2021, DR 2.ª série N.º 9 de 14 de janeiro de 2021

Texto Publicado em Jornal Oficial: 1 – Nos termos e para os efeitos previstos no art.º 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada LTFP e aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que por despacho da Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e Desporto e o Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, Dra. Catarina Araújo, de 07-01-2021, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no Diário da República, procedimentos concursais comuns para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento dos postos de trabalho infra identificados da Câmara Municipal do Porto. 2 – Caracterização dos postos de trabalho, conforme mapa de pessoal de 2021 do Município do Porto, aprovado por deliberação de Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, de 30 de novembro de 2020 e 9 de dezembro de 2020, respetivamente: 2.1 Ref.ª 2021-6: Onze postos de trabalho na categoria e carreira geral de Assistente Técnico da área funcional Educação e Infância, com a exigência habilitacional de 12.º Ano de escolaridade ou de curso que lhe seja equiparado, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Educação. 2.2 Ref.ª 2021-7: Oito postos de trabalho na categoria e carreira geral de Assistente Operacional da área funcional Educação e Infância, com a exigência habilitacional de Escolaridade obrigatória, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Educação. 2.3 Ref.ª 2021-8: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Assessoria Jurídica, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Direito, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Polícia Municipal. 2.4 Ref.ª 2021-9: 3 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Sistemas de Informação Geográfica, com a exigência habilitacional de Licenciatura na área de

Arquitetura, ou em Engenharia Geográfica, ou em Geografia, ou Urbanismo, ou Ordenamento de Território e Inscrição na Ordem dos Arquitetos ou Engenheiros, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Urbanismo. 2.5 Ref.^a 2021-10: 8 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Estudos, Projetos e Desenhos, com a exigência habilitacional de Licenciatura nas áreas de Arquitetura, ou em Arquitetura Paisagista ou em Engenharia e Inscrição na Ordem dos Arquitetos ou Engenheiros, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Urbanismo. 2.6 Ref.^a 2021-11: 7 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Gestão do Espaço Público, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Arquitetura, Arquitetura Paisagista, Geografia, Engenharia Geográfica, Planeamento Urbano, Economia, Gestão, Engenharia Civil, Humanidades, Ciências Sociais e Design de mobiliário e Inscrição na Ordem dos Arquitetos ou Engenheiros, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Urbanismo. 2.7 Ref.^a 2021-12: 2 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Recursos Humanos, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, ou Administração Pública ou Gestão, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Recursos Humanos. 2.8 Ref.^a 2021-13: 2 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Apoio Socioprofissional, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Psicologia ou Serviço Social, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Recursos Humanos. 2.9 Ref.^a 2021-14: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Comunicação Interna, com a exigência habilitacional de Licenciatura na área da Comunicação ou Marketing, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Recursos Humanos. 2.10 Ref.^a 2021-15: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Finanças e Património, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Administração Pública, ou Economia, ou Gestão, ou Contabilidade ou Engenharia, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Finanças e Património. 2.11 Ref.^a 2021-16: 2 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Assessoria, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Direito, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Serviços Jurídicos. 2.12 Ref.^a 2021-17: 2 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Contencioso, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Direito, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Serviços Jurídicos. 2.13 Ref.^a 2021-18: 3 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Contraordenações, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Direito, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para a Direção Municipal de Serviços Jurídicos. 2.14 Ref.^a 2021-19: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Promoção da Empregabilidade, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Psicologia / Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 2.15 Ref.^a 2021-20: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Promoção da Saúde, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Psicologia / Licenciatura em Enfermagem / Licenciatura em Fisioterapia / Licenciatura em Engenharia Alimentar / Licenciatura em Ciências da Saúde ou Licenciatura em Saúde e Estatística, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 2.16 Ref.^a 2021-21: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Empreendedorismo Social, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Gestão / Economia, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 2.17 Ref.^a 2021-22: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Inovação Social, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Educação Social, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 2.18 Ref.^a 2021-23: 3 postos de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico

Superior da área funcional Projetos Sociais, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Serviço Social, Sociologia ou Educação Social, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 2.19 Ref.ª 2021-24: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Animação Social, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Artes Plásticas, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 2.20 Ref.ª 2021-25: 1 posto de trabalho na categoria e carreira geral de Técnico Superior da área funcional Nutrição, com a exigência habilitacional de Licenciatura em Ciências da Nutrição, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional, para o Departamento Municipal de Coesão Social. 3 – Ao abrigo do disposto no n.º 5 do art.º 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, informa-se que a publicitação integral do procedimento concursal será também efetuada em www.bep.gov.pt e no sítio da Internet do Município do Porto em https://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/cidadãos/guiatematico/edu_emp/emp_at_prof/Paginas/default.aspx

Observações

1 - Nos termos do art.º 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por despacho da Senhora Vereadora com o Pelouro da Juventude e Desporto e o Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos, Dra. Catarina Araújo, de 07-01-2021, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, procedimento concursal comum para constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista ao preenchimento do posto de trabalho infra identificado.

2 - Caracterização do posto de trabalho conforme mapa de pessoal de 2021 do Município do Porto, aprovado por deliberação de Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, de 30 de novembro de 2020 e 9 de dezembro de 2020, respetivamente:

2.1 - Ref.ª 2021-8 - Um posto de trabalho da carreira/categoria geral de Técnico Superior da área funcional Assessoria Jurídica, para a Polícia Municipal, com a seguinte caracterização: "Desenvolve funções de assessoria e consultoria técnica na área de direito, nomeadamente, elabora pareceres e informações no âmbito de pedidos de esclarecimentos e reclamações em matéria de Direito Estrangeiro e da União Europeia, bem como outras matérias no âmbito da atuação da Unidade Orgânica. Desenvolve funções de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, no âmbito da sua área de formação, de suporte à decisão. Elabora e atualiza procedimentos com a descrição das atividades envolvidas no fluxo do processo de trabalho."

3 - Consultada a AMP, enquanto Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias Locais (EGRA), nos termos dos art.º 16.º e 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, foi prestada a seguinte informação: "(...) a AMP não constituiu a EGRA para os seus municípios, devendo ser aplicado o regime subsidiário previsto no artigo 16.º -A do DL 209/2009, alterado pela Lei n.º 80/2013, de acordo com a informação da DGAL e homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014."

4 - Local de trabalho: Câmara Municipal do Porto.

5 - Determinação do posicionamento remuneratório: obedecerá ao disposto no art.º 38.º da LTFP, sendo a posição de referência – 1 205,08€ (mil duzentos e cinco euros e oito cêntimos) correspondente à 2.ª posição remuneratória, nível 15 da Tabela Remuneratória Única.

5.1 - Os candidatos detentores de vínculo de emprego público devem informar previamente o Município do Porto da remuneração base, carreira e categoria que detêm na sua situação jurídico-funcional de origem.

6 - Âmbito do recrutamento: Tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal, na impossibilidade de ocupação de todos ou parte dos postos de trabalho objeto do presente procedimento concursal por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou que se encontrem em situação de requalificação, o recrutamento (cfr. n.º 4 do art.º 30.º da LTFP), será efetuado de entre trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, conforme o Plano Anual de Recrutamento para 2021.

7 - De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 4 do art.º 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, na sua atual redação, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e categoria e, não se encontrando em situação de requalificação, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da CMP idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

8 - Requisitos de admissão: os requisitos de admissão são os previstos no art.º 17.º da LTFP:

Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excecionados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;

Ter 18 anos de idade completos;

Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;

Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;

Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8.1 - Nível habilitacional: Licenciatura em Direito, sem possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência.

8.2 - Os candidatos devem reunir os requisitos referidos até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

9 – Formalização de candidaturas: Informa-se que a publicitação integral do procedimento, bem como a respetiva candidatura será efetuada em formato eletrónico em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos>

9.1 - A morada/email a considerar para efeitos de notificação dos candidatos será a constante do formulário eletrónico de candidatura.

10 - A submissão da candidatura deverá ser acompanhada de curriculum vitae e ainda dos seguintes elementos em formato PDF:

- a) Certificado ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito, das habilitações exigidas no ponto 8.1 do presente aviso de abertura, sob pena de exclusão. Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro, sob pena de exclusão, deverão submeter, em simultâneo, documento comprovativo das habilitações correspondente ao reconhecimento das habilitações estrangeiras previstas pela legislação portuguesa aplicável;
- b) Documentos comprovativos das ações de formação relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho e frequentadas nos últimos cinco anos, onde conste a data de realização e duração das mesmas, sob pena de não serem consideradas;
- c) Declaração emitida pelo serviço público de origem (documento apenas aplicável a trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas), devidamente atualizada, da qual conste: a modalidade de vínculo de emprego público, a descrição das atividades/funções que atualmente executa e a identificação da carreira/categoria em que se encontra inserido, com a identificação da respetiva remuneração reportada ao nível e posição remuneratória auferidos.
- d) Documentos comprovativos da experiência profissional, sob pena de não serem considerados pelo Júri do procedimento.

10.1 - A não submissão dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como dos que sejam indispensáveis para efetuar a análise da candidatura, determina a exclusão do procedimento concursal, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação.

11 - Os candidatos que exercem funções na CMP ficam dispensados de apresentar os documentos referidos nas alíneas a), b) e c) do ponto anterior, desde que refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual.

- Métodos de Seleção:

- a) Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Entrevista Profissional de Seleção;
Ou
- b) Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Entrevista Profissional de Seleção.

12.1 – Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências – para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de candidatos em situação de requalificação, que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade.

12.2 - Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica – para os restantes candidatos.

12.3 - Os métodos referidos no ponto 12.1) podem ser afastados pelos candidatos através de menção expressa no formulário de candidatura, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos no ponto 12.2), conforme previsto no n.º 3 do art.º 36.º da LTFP.

12.4 - Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valorção inferior a 9,50 valores em qualquer um dos métodos. Ao abrigo do disposto no n.º 9 do art.º 9.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, todos os métodos de seleção, bem como todas as suas fases, têm caráter eliminatório.

12.5 – Atendendo à celeridade que importa imprimir ao presente procedimento concursal, tendo em conta a urgência no preenchimento do posto de trabalho em apreço, de acordo com o disposto no art.º 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, os métodos de seleção indicados serão aplicados de forma faseada, sendo que a aplicação do segundo método e dos métodos seguintes será efetuada apenas a parte dos candidatos aprovados no método anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 25 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades.

12.6 - Forma, natureza e duração da Prova de Conhecimentos:

12.6.1 - A Prova de Conhecimentos será efetuada por recurso a meios de comunicação à distância. Para a sua realização será necessário o uso de computador ou outro dispositivo (tais como telemóvel IOS ou telemóvel Android), dotado obrigatoriamente de câmara e microfone (acesso via browser, compatível com Windows e Mac OS X) e com ligação à internet estável.

12.6.2 - Será de natureza teórica, com consulta, efetuada em suporte de papel, numa só fase, constituída por um conjunto de questões de escolha múltipla, tendo a duração máxima de 90 minutos e incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica, diretamente relacionados com as exigências da função. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a valorção considerada até às centésimas.

12.6.3 - A Prova de Conhecimentos começará à hora marcada, não sendo possível aos candidatos que a realizem após o seu início.

12.7 – Legislação e bibliografia necessária à sua realização:

Devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação indicada no presente aviso até à data da realização da prova de conhecimentos.

12.7.1– Legislação geral: Constituição da República Portuguesa; Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na atual redação – Código do Procedimento Administrativo; Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, na sua atual redação - Código de Trabalho; Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, na sua atual redação - Avaliação do desempenho na administração pública (SIADAP); Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro - Adapta aos serviços da administração autárquica o SIADAP; Despacho Normativo n.º 4 - A/2010 - Estabelece os critérios a aplicar na realização da ponderação curricular.

12.7.2– Legislação/Bibliografia específica: Lei n.º 19/2004, de 20 de maio - Lei-quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais; Decreto-lei n.º 13/2017, de 26 de janeiro - Regime das polícias municipais de Lisboa e do Porto; Regulamento n.º 343/2017, de 26 de junho, do Município do Porto – Regulamento de funcionamento e organização da Polícia Municipal do Porto; Decreto-lei n.º 243/2015 de 19 de outubro - Estatuto Profissional do Pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública; Lei n.º 53/2007 de 31 de agosto - Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública; Decreto-lei n.º 433/82, de 27 de

Outubro, na versão atual - Ilícito de mera ordenação social e respetivo processo; Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto – Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril. Lei n.º 23/2007 de 04 de julho - Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Portaria n.º 1334-D/2010, na versão atual - aprova os modelos de certificado de registo de cidadão da União Europeia, de documento de residência permanente de cidadão da União Europeia, do cartão de residência de familiar de cidadão da União Europeia e as respetivas taxas a cobrar pela emissão desses documentos. Código Regulamentar do Município do Porto. Fontes, José - Curso sobre o novo Código de Procedimento Administrativo, 5.ª ed., Almedina, 2016. Alves, Luís e Caldeira, Marco – Legislação das Polícias Municipais, Regime Jurídico das Polícias Municipais, Polícias Municipais de Regime Especial, Legislação Complementar, 1.ª ed., Imprensa Nacional, 2018. Castro, Catarina Sarmento – A questão das Polícias Municipais, Coimbra Editora, 2003. Caldeira, Marco; Alves, Luís; Sampaio, Jorge; Silva, Fernanda; Martins, Ana – O regime jurídico das Polícias Municipais de Lisboa e do Porto, Anotado, 2.ª ed., Nova Causa, 2018.

12.8 – Avaliação Curricular: visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional e tipo de funções exercidas, relevância da experiência adquirida e da formação realizada. A avaliação curricular será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

Habilitações Académicas – HA;
Formação Profissional – FP;
Experiência Profissional – EP;

De acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = ((HA + FP + (2 \times EP))) / 4$$

Em que:

Habilitações Académicas (HA):

Será ponderada a habilitação académica de base até ao limite de 20 valores:

Habilitações Académicas Valoração

Habilitação académica de grau exigido para o posto de trabalho (Licenciatura/Mestrado) 15 Valores

Habilitação académica de grau superior ao exigido, relacionada com o posto de trabalho (Doutoramento) 20 Valores

Formação Profissional (FP):

A formação profissional visa aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços através da melhoria da produtividade do capital humano, pelo que este fator integra obrigatoriamente o método de avaliação curricular. Tal significa que não se trata de qualquer formação, apenas se considera a formação profissional que respeite as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com o posto de trabalho a preencher e obtidas nos últimos 5 anos.

A posse de Pós-Graduação e/ou MBA será considerada independentemente da data de obtenção, desde que relacionada com o posto de trabalho a preencher.

Apenas são consideradas ações comprovadas por certificados ou diplomas que indiquem expressamente o número de horas ou de dias de duração da ação e a data de realização. Sempre que do respetivo certificado não conste o número de horas de duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a seis horas e cada semana a cinco dias.

Este parâmetro será avaliado até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:

Formação Profissional: Valoração:

Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 0 a 20 horas. 10 Valores

Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 21 horas e 40 horas. 12 Valores

Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 41 horas e 60 horas. 14 Valores

Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total entre 61 horas e 80 horas. 16 Valores

Participação em ações de formação relacionadas com o posto de trabalho, com duração total superior a 80 horas. 18 Valores

Pós-graduação e/ou MBA concluída e relacionada com o posto de trabalho. 20 Valores

Os valores não são cumulativos, pelo que no caso de presença de dois ou mais itens, atribuir-se-á o valor correspondente ao item mais elevado.

Experiência Profissional (EP):

Neste fator pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para o posto de trabalho em causa, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e as atividades caracterizadoras do posto de trabalho a preencher. Desta forma, será ponderado o exercício efetivo de funções, especificamente na área para a qual o procedimento concursal é aberto:

Experiência Profissional Valoração

Sem experiência profissional 10 Valores

Experiência profissional até 1 ano 13 Valores

Experiência = 1 e <2 anos 15 Valores

Experiência = 2 e <3 anos 17 Valores

Experiência = a 3 anos 20 Valores

Apenas é considerada a experiência profissional desde que devidamente comprovada, sob pena de não ser considerada para

efeitos de Avaliação Curricular.

As ponderações dos fatores (HA, FP e EP) integrantes deste método de seleção traduzem a importância relativa que o Júri entendeu atribuir a cada um, por considerar que essa ponderação é a que permite a melhor avaliação profissional dos candidatos nas áreas relativas aos postos de trabalho para o qual o procedimento foi aberto.

12.9 - A Avaliação Psicológica e a Entrevista de Avaliação de Competências são avaliadas segundo os níveis de classificação de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

12.9.1. A Avaliação Psicológica (AP): visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido. Este método será composto pela aplicação de vários instrumentos / técnicas de avaliação psicológica e contempla três momentos, nomeadamente a aplicação de testes psicotécnicos e de um inventário de personalidade e a realização de uma entrevista psicológica. Por cada candidato submetido a avaliação psicológica será elaborada um Relatório Individual, contendo a indicação das aptidões e/ou competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e resultado final obtido. A aplicação deste método será realizada por um psicólogo (a) inscrito (a) na Ordem dos Psicólogos Portugueses.

12.9.2. A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC): visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise. As competências a avaliar conforme perfil de competências previamente definido e consideradas basilares para exercício da função, bem como a respetiva ponderação na nota final desta entrevista são as seguintes:

Orientação para resultados - competência ponderada a 20%

Planeamento e Organização - competência ponderada a 20%

Iniciativa e autonomia - competência ponderada a 20%

Responsabilidade e compromisso com o serviço - competência ponderada a 20%

Comunicação - competência ponderada a 20%

O presente método de seleção será pontuado através dos seguintes níveis classificativos e respetiva classificação:

Escala Classificação Nível classificativo
100% 20 Valores Nível Elevado
75% a 99% 16 Valores Nível Bom
50% a 74% 12 Valores Nível Suficiente
30% a 49% 8 Valores Nível Reduzido
0 a 29% 4 Valores Nível Insuficiente

12.10 – Entrevista Profissional de Seleção (EPS): visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

A classificação a atribuir a cada parâmetro de avaliação resulta de votação nominal e por maioria, sendo o resultado final expresso numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas na avaliação dos seguintes parâmetros:

A – Perfil para a função;

B – Motivação e interesse para a função;

C – Competência comunicacional;

D – Sentido crítico;

E – Conhecimentos especializados.

De acordo com a seguinte tabela:

Avaliação

Parâmetros Insuficiente Reduzido Suficiente Bom Elevado

4 Valores 8 Valores 12 Valores 16 Valores 20 Valores

A - Perfil para a função

B - Motivação e interesse para a função

C - Competência comunicacional

D – Sentido crítico

E – Conhecimentos Especializados

E de acordo com a seguinte fórmula:

$$EPS=(A + B + C + D+E)/5$$

12.11 - A ordenação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e resulta da seguinte fórmula:

$$OF= (40PC+ 30AP + 30EPS)/100$$

Ou

$$OF= (40AC + 30EAC + 30EPS)/100$$

Em que: OF - Ordenação Final; PC - Prova de conhecimentos; AP - Avaliação Psicológica; AC - Avaliação Curricular; EAC - Entrevista de Avaliação de Competências; EPS - Entrevista Profissional de Seleção.

13 – Em caso de igualdade de valoração entre candidatos, os critérios de preferência a adotar serão os previstos no art.º 27.º da referida Portaria. Subsistindo o empate após aplicação dos referidos critérios, serão utilizados os seguintes:

- 1.º Candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro da avaliação da EPS: "A - Perfil";
- 2.º Candidato com a melhor classificação obtida no parâmetro da avaliação da EPS: "B - Motivação e interesse para a função";
- 3.º Candidato com a classificação final da habilitação literária exigida mais elevada.

14 - Nos termos do n.º 3 do art.º 3.º do D.L. n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência que se enquadre nas circunstâncias e situações descritas no n.º 1 do art.º 2.º da Lei n.º 9/89, de 02 de maio, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

15 - Nos termos do n.º 2 da alínea a) do art.º 17.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, o Júri deliberou que a verificação da reunião dos requisitos de admissão é efetuada aquando da admissão ao procedimento concursal.

16 - O Júri deliberou, ainda, que as comunicações/notificações efetuadas aos candidatos sejam realizadas pela Divisão Municipal de Recrutamento e Gestão de Carreiras.

17 - A lista dos resultados obtidos em cada método de seleção será divulgada na página de detalhe do procedimento concursal, em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos/procedimentos-a-decorrer>.

18 - Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no art.º 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação.

19 - Composição do Júri:

Presidente: Afonso Ricardo Rocha de Sousa, Diretor do Departamento.

Vogais Efetivos: Ana Sofia de Oliveira Ferreira, Chefe da Divisão que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Bruno Miguel Oliveira Fraga, Técnico Superior.

Vogais Suplentes: Liliana Patrícia Pinto Marinho, 2.º Comandante da Polícia Municipal do Porto e Maria Eugénia Borges de Araújo Macedo, Técnico Superior.

20 - Assiste ao Júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

21 - Os candidatos excluídos serão notificados nos termos do art.º 10.º e art.º 22.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, para a realização da audiência prévia nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

21.1 - No âmbito do exercício da audiência prévia, os candidatos devem obrigatoriamente utilizar o modelo eletrónico disponível na página de detalhe do procedimento concursal, em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos/procedimentos-a-decorrer>.

22 - A lista unitária de ordenação final, após homologação, será disponibilizada na página de detalhe do procedimento concursal, em <https://recrutamentocmp.cm-porto.pt/procedimentos/procedimentos-a-decorrer>.

23 - Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, aquando da submissão da candidatura, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

24 - Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 33.º da LTFP e no n.º 1 do art.º 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, na sua atual redação, o presente procedimento concursal será publicitado, para além da Bolsa de Emprego Público (BEP) por publicação integral, na 2.ª série do Diário da República e Internet, por extrato, disponível para consulta a partir da data da presente publicação.

25 - Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do art.º 9.º da Constituição da República Portuguesa "A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação".

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termina da Oferta

Admitidos

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		

Recrutados

	Masculinos:	Femininos:
Total:		
Total Portadores Deficiência:		
Total SME:		
Total Com Auxílio da BEP:		